

EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS

Herica Dayane C Rodrigues¹

Cláudia Waléria da Silva Ferreira²

RESUMO: O presente trabalho tem a finalidade de apresentar uma abordagem histórica da educação especial, passando desde o passado distante até o presente, apresentando a evolução dessa modalidade de ensino, seus olhares e interpretações. Trata-se também de analisar a parte legal que ampara os portadores de necessidades especiais, tanto na questão educacional quanto na perspectiva da inclusão: social, o respeito as diferenças e o que nos apresenta a respeito disto os documentos que regem nosso sistema de ensino. Dessa forma com intuito de propor uma educação de qualidade para todos, e extremamente necessária uma reconstrução ideológica contribuísse melhorias no processo educativo que reveja conceitos e paradigmas com o propósito de reorganização no sistema de ensino brasileiro.

Palavras-chave: Escola; Ensino Regular; Necessidades Educacionais Especiais.

ABSTRACT: This study aims to present a historical approach to special education, passing from the distant past to the present, with the evolution of this type of education, their views and interpretations. This is also to analyze the legal part that supports people with special needs, both in the educational issue as the perspective of inclusion: social, respect differences and that presents us about it the documents governing our education system. Thus in order to offer a quality education for all, and desperately needed an ideological reconstruction contribute improvements in the educational process to review concepts and paradigms for the purpose of reorganization in the Brazilian education system.

Keywords: School; Regular education; Special Educational Needs.

1 – INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema surgiu a partir da necessidade de se discutir e colaborar para um melhor entendimento sobre a Educação Inclusiva, cujo foco principal é mostrar que a Educação Inclusiva não é somente um paradigma ou ideologia no cenário educacional brasileiro, mas sim uma realidade vigente em nosso País e que está abrangendo pontos positivos com muito estudo, pesquisa e dedicação.

Diante desse contexto, abordar a problemática da educação inclusiva nos processos de ensino aprendizagem da escola.

¹ Graduanda em Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade Gamaliel. Artigo apresentado na graduação. Email: hericadayane22n@hotmail.com

² Coautora, Pedagoga Especialista em Docência do Ensino Superior / Psicopedagogia Clínica e Institucional, pela Universidade Candido Mendes. Tel: (91) 98725-9218 - Email: claudiafra@gmail.com

Dessa forma, a presente pesquisa justifica-se pelo fato de discutir a inclusão de alunos com deficiência, a função da gestão escolar, o papel do professor nesse processo de inclusão. Pois sabemos que a realidade desse processo inclusivo ainda é bem diferente do que se propõe na legislação vigente no País e requer ainda muitas discussões acerca do assunto, frente aos desafios da igualdade de direito a uma educação de qualidade para todos os alunos com deficiência.

O objetivo desse trabalho é auxiliar os envolvidos com a educação a refletir sobre os pontos positivos e negativos da inclusão. Definir a educação e os processos de ensino e aprendizagem no contexto atual do ensino superior analisando criticamente o mesmo e suas funções?

Não há como negar que os sistemas educacionais têm de mudar para poder responder as necessidades. As atividades de educação inclusiva não serão os mesmos para uma educação comum, esse aprendizado e eficiente possibilita a maior poder de comunicação, integração, independência, qualidade de vida e inclusão.

O presente trabalho está organizado em seis momentos distintos. No primeiro, temos a introdução do nosso trabalho, contendo, introdução, justificativa e a importância, questões de pesquisa, objetivo geral e objetivo específico, relevância da pesquisa.

No segundo, contém levantamento bibliográfico com a fundamentação teórica. No terceiro, a metodologia, por fim, apresentamos as considerações finais, e as referências.

2-BREVE PERSPECTIVA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Na investigação deste tema de pesquisa se torna importante abordarmos as diferentes concepções da pessoa com deficiência no decorrer da história da humanidade. Os deficientes, os considerados “diferentes” da antiguidade até nossos dias, sempre foram marcados pela exclusão e trazem consigo a marca da rejeição

A pessoa com deficiência, sempre foi considerada como alguém fora dos padrões normais pela ótica histórico-cultural, que sempre ditou para a sociedade, critérios para a normalidade. Muitos termos foram usados para identificar pessoas com deficiência e atravessaram décadas buscando assumir um sentido de

inovação na busca pela superação de preconceitos.

Nos Estados Unidos, até aproximadamente 1800, a grande maioria dos alunos com deficiência não eram considerados dignos de educação formal, embora esses fossem percebidos como irmãos participantes da comunidade. Para a maioria dos alunos pobres dos Estados Unidos deficientes ou não, a primeira dificuldade era simplesmente ter acesso à educação.

No final da guerra Americana da Independência, em 1783, grupos e cidadãos ricos estabeleceram várias sociedades filantrópicas cuja principal preocupação era garantir que grupos marginalizados não ameaçassem a República e os valores norte-americanos vigentes na época. Os motivos da assistência social e do controle eram interligados no funcionamento dessas instituições. Alguns líderes, da educação especial da época fizeram notáveis esforços para promover a ideia de que todas as crianças, incluindo as deficientes, deveriam ter direito ao ensino (STAINBACK, 1999, p. 37).

Um dos representantes desse movimento foi Benjamim Rush, médico do final da década de 1700, que foi um dos primeiros norte-americanos a introduzir o conceito da educação de pessoas com deficiência.

As instituições para pessoas com deficiência continuaram a crescer em número e tamanho durante o final do século XIX até a década de 1950, ao mesmo tempo em que surgia uma nova tendência de escola conhecida como “escolas comuns”, nas quais a maioria das crianças eram educadas, embora vários grupos de crianças fossem excluídas das escolas públicas regulares. Entre 1842 e 1918, todos os estados legislaram o ensino obrigatório e as escolas públicas atraíram enorme quantidade de recursos para seu desenvolvimento (RURY, 1985; U. S. BUREAU OF THE CENSUS, 1975; U. S. DEPARTAMENTO EDUCATION, NATIONAL CENTER FOR EDUCATION STATISTICS, 1991).

Dentre os vários grupos de crianças excluídas das escolas públicas regular estão os afro-americanos e os nativos americanos que eram em grande parte educados em sistemas escolares separados. Da mesma forma, os alunos com deficiência mental visível em sua maioria continuaram sendo segregados. As instituições residenciais e as escolas especiais permaneceram sendo as indicadas para colocar alunos cegos, surdos ou com deficiência física. Os alunos com déficits de desenvolvimento em geral não tinham nenhum tipo de serviço educacional disponível e ficavam quase sempre nas alas dos fundos das grandes instituições do Estado.

Durante muitos séculos usou-se o termo retardo mental, atualmente ainda presente nos mais importantes códigos de classificação de doenças. Na década de 1960 a pessoa deficiente ou com retardo era reconhecida como “indivíduo

excepcional”, significado que se tratava de alguém especial talentoso, em uma tentativa de atribuir um sentido positivo aos indivíduos, superando assim as atitudes preconceituosas em que eram enunciadas. Em pouco tempo novas expressões passaram a circular, como por exemplo, pessoas ou apenas especial, na tentativa de apagar o sentido da deficiência.

No final da década de 80, surge o movimento de inclusão que desafia qualquer situação de exclusão, tendo como base o princípio de igualdade de oportunidades nos sistemas sociais, incluindo a instituição escolar. Esse movimento mundial tem como preceitos o direito de todos os alunos frequentarem a escola regular e a valorização da diversidade, de forma que as diferenças passam a ser parte do estatuto da instituição e todas as formas de construção de aprendizagem sejam consideradas no espaço escolar.

3- AS LEIS - A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS

A nossa Constituição Federal (1988) assegura que é objetivo da República Federativa do Brasil “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Artigo 3º, Inciso IV). Em seu Artigo 5º, a Constituição garante o princípio de igualdade:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...).

Além disso, a Constituição Federal garante em seu Artigo 205 que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Em seguida, no Artigo 206, estabelece a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. O Atendimento Educacional Especializado, oferecido preferencialmente na rede regular de ensino, também é garantido na Constituição Federal (Artigo 208, Inciso III).

Portanto, a Constituição Federal garante a todos os alunos a frequência no ensino regular, com base no princípio de igualdade. Assim, todo aluno tem direito de estar matriculado no ensino regular e a escola tem o dever de matricular todos os alunos, não devendo discriminar qualquer pessoa em razão de uma deficiência ou sob qualquer outro pretexto.

A Lei nº 7853/89 prevê a oferta obrigatória e gratuita da educação especial em estabelecimento público de ensino, considerando crime a recusa de alunos com deficiência em estabelecimentos de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado.

Já Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) foi aprovada em Jomtien, Tailândia, em 1990. Essa declaração tem como objetivo garantir o atendimento as necessidades básicas da aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos.

Em seu Artigo 3º a Declaração trata da universalização do acesso à educação e do princípio de equidade. Especificamente em relação à educação dos alunos com deficiência, o documento diz:

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiência requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte do sistema educativo (p. 4).

Assim, essa Declaração afirma o direito de todas as pessoas à educação, assegurando a igualdade de acesso às pessoas com deficiência.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96, aponta que a educação de pessoas com deficiência deve dar-se preferencialmente na rede regular, sendo um dever do Estado e da família promovê-la. O objetivo da escola, segundo a lei, é promover o pleno desenvolvimento do educando, preparando-o para a cidadania e qualificando-o para o trabalho.

É importante destacar que a LDBEN garante, em seu Artigo 59, que os sistemas de ensino assegurarão aos alunos com necessidades especiais:

- Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender as suas necessidades;
- Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados.

4-A ESCOLA E O PAPEL DO PROFESSOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO

Muitas vezes não sabemos nos comportar quando nos deparamos com alguém com alguma deficiência. Talvez a falta de formação adequada nos coloque

em algumas situações desconfortáveis no nosso dia a dia e o nosso trabalho tem como objetivo mostrar o desenvolvimento do professor dentro da sala de aula para alunos com deficiências. Trazendo para nossa realidade a questão da inclusão dentro da escola levantando quais são as nossas expectativas como professor e quais são as expectativas dos alunos com deficiência e da comunidade como expectadores do trabalho desenvolvido.

Muitos professores tem o curso de graduação e não se preocupam em fazer um estudo continuado desse trabalho, o professor tem que gostar e se responsabilizar pelo seu trabalho, para que venha desenvolvê-lo com qualidade.

A escola juntamente com o professor, precisam repensar nas suas estratégias de ensino para não ficar preso ao espaço delimitado da sala de aula, faz se necessário repensar nas práticas pedagógicas até mesmo numa nova gestão de classe, porque ainda é muito forte a ideia de controle, principalmente quando se fala em delimitação de espaço. É de grande importância pensar não só no ambiente, como também no acesso e permanência nesse espaço como um todo, seja na escola como prédio ou até mesmo nas mesas e cadeiras, sempre utilizando os meios ofertados pela instituição, todos os materiais devem ficar aos cuidados apenas dos professores e não ao alcance das crianças e a forma como o espaço físico é organizado também é definido por ele, pois é o professor que irá tomar partido da situação, seja ela qual for, pois o espaço realmente é de fundamental importância sendo um dos elementos essenciais na abordagem educacional. Talvez ainda seja preciso pensar na acessibilidade em relação ao espaço tanto na cidade como na escola; espaço adequado para diferentes necessidades e diferentes idades; espaço organizado e adaptado.

O professor como mediador deverá promover um ensino igualitário e sem desigualdade, já que quando se fala em inclusão não estamos falando só dos deficientes e sim da escola também, onde a diversidade de destacar por sua singularidade, formando cidadãos para a sociedade.

A partir da segunda metade do século XX, começa a viver – não sem contradições e conflitos – um momento de maior consolidação de algumas demandas dos movimentos sociais e da sua luta pelo direito à diferença.

É possível perceber alguns avanços na produção teórica educacional, no Governo Federal, no Ministério da Educação, nas Secretarias Estaduais e

Municipais de Educação, nos projetos pedagógicos das escolas, na literatura infanto-juvenil, na produção de material didático alternativo e acessível em consonância às necessidades educacionais especiais dos alunos (INDAGAÇÕES SOBRE CURRÍCULO, 2008, p. 27).

Na última década houve vários avanços nas políticas de inclusão. Propostas de educação inclusiva começam a acontecer nas redes de educação e nas escolas.

A Educação Inclusiva tem por objetivo entender as diferenças, mantendo-as ativas, encorajando o seu aparecimento e expressão, enfim tornando-as presentes e utilizáveis para o processo educativo de todos os alunos. Incluir uma criança na escola regular significa proporcionar a todos os alunos o aprendizado de conviver com a diversidade, sem anulá-la. Embora todos sabemos que a inclusão como imaginamos e idealizamos não é a mesma que vemos na prática.

Incluir não é simplesmente levar uma criança com deficiência a frequentar o ensino regular. A inclusão é uma conquista diária para a escola, para a criança e para seus pais. Todo dia é um dia novo na inclusão (FACION, 2009, p. 203).

Adotar uma filosofia inclusiva consiste em entender para si e para os outros os direitos democráticos e igualitários da inclusão.

A inclusão não tem um fim, pois ela representa, em sua essência, mais um processo do que um destino. A inclusão representa, de fato, uma mudança conceitual e nos valores culturais para as escolas e para a sociedade como um todo.

E que a escola seja realmente um lugar onde não são observadas diferenças, tais como, cor, credo, raça, potencialidades, limites, etc., é preciso que realmente a escola seja um local de aprendizagem da cidadania.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho foi utilizado a metodologia de pesquisa básica, de acordo com Piaget a metodologia é uma palavra derivada de “método”, do latim “Methodus” cujo o significado “caminho ou a via para a realização de algo”.

Assim a metodologia de ensino é a parte da pedagogia que se ocupa diretamente da organização da aprendizagem dos alunos e do seu controle.

Os procedimentos bibliográficos foram utilizados objetivos exploratórios, descritivo e explicativo onde a pesquisa bibliográfica, de acordo com Santos “trata-se do levantamento de toda a bibliografia já publicada em forma de livros, revistas [documentos eletrônicos]. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto

com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, com objetivo de permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações” (Santos ;2000)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, a partir das leituras realizadas, que a escola deve oferecer às crianças com deficiência uma série de estímulos úteis ao seu desenvolvimento. Estímulos corretos, nos momentos certos, acompanhados de amor, carinho, afeto, compreensão e apoio certamente contribuirão para o desenvolvimento do potencial da criança, fazendo com que chegue à idade adulta como um ser feliz e socialmente útil, pois aprendeu no convívio em sociedade.

Realmente é possível um outro modelo de educação e de escola, onde todas as crianças possam conviver e estudar juntas, movidas pela solidariedade, cooperação e amizade.

A família, é o primeiro grupo que pertence o indivíduo e onde ele tem a oportunidade de aprender através dos conhecimentos adquiridos, seja de forma positiva: afeto, estímulo, apoio, respeito, sentir-se útil; e negativa: frustrações, limites, tristezas, perdas, todas elas são fatores resultantes de singular importância para a formação da personalidade de qualquer criança, com deficiência ou não.

Toda família, seja com uma criança com deficiência ou não, tem uma maneira particular de tratá-la. Em geral, quando chegam à escola, mostram-se receosos, preocupados, ansiosos, pois, muitos deles recém irão tomar conhecimento que a criança apresenta alguma deficiência e temem que seus filhos sejam discriminados.

Quando a família se sente apoiada pela escola, esse sentimento se reflete também sobre a criança, criando um clima favorável ao trabalho. Os pais precisam se sentir tão incluídos quanto seus filhos.

É fundamental evidenciar que na escolarização de uma criança com deficiência estão envolvidos, além da própria criança, seus pais e os educadores. Cabe à escola acolher essa criança, fazer o que estiver ao seu alcance para que se beneficie do contexto escolar e usufrua das mesmas obrigações e direitos das outras crianças.

Nessa direção temos consciência que todas essas reflexões teóricas preconizando a inclusão escolar, não serão concretizadas por um ato, ou

legalizações, mas sim em um processo cultural que envolve a sociedade, quebrando preconceitos e se renovando.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1988.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. D.O.U. de dezembro de 1996. Florianópolis: Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Portaria CENESP/MEC**, Brasília, n. 69, 1986.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. 2. ed. Brasília: MEC; SEESP, maio 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília: SEESP, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília: SEESP, 2007.

CARDOSO, M. Aspectos históricos da educação especial: da exclusão à inclusão – uma longa caminhada. In: MOSQUERA, J.; STOBAÜS, C. (org.). **Educação especial: em direção à educação inclusiva**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

CARVALHO, R. E. **A nova LDB e a educação especial**. Rio de Janeiro: WVAA, 2004.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LINHA DE AÇÃO SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS. Brasília: Corde, 1994.

FACION, J. R. **Inclusão escolar e suas implicações**. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

INCLUSÃO – REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. Secretaria da Educação Especial, out. 2005; jan. /Jul. 2010.

INDAGAÇÕES SOBRE CURRÍCULO. **Currículo, conhecimento e cultura**. Ministério da Educação, 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MANTOAN, M. T. Egler, PRIETO, R. Gavioli, ARANTES V. Amorim (Org.). **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos**, 1ed., São Paulo: Summus, 2006. (1ª. Parte)
Disponível em: http://www.umcpos.com.br/centraldoaluno/arquivos/24_08_2013_216/Sab_modulo3_completo.pdf. Acesso em 12/06/2016

MANTOAN, M. T. E. **Compreendendo a deficiência mental**: novos caminhos educacionais. São Paulo: Scipione, 1988.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna.

MELERO, M. L. **Diversidade e cultura**: uma escola sem exclusões. Espanha: Universidade de Málaga, 2002.

PACHECO, J. (org.). **Caminhos para inclusão**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PAN, M. A. G. S. **O direito à diferença**: uma reflexão sobre deficiência intelectual e educação inclusiva. Curitiba: IBPEX, 2008.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. **Adaptações curriculares**. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

SANTOS, B. S. A construção multicultural da igualdade e da diferença. **Oficina do CES**, Coimbra: Centro de Estudos Sociais, n. 135, jan. 1999.

SILVA, T. T. da. **Teoria cultural e educação**: um vocabulário crítico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SKLIAR, C. (org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

SKLIAR, C. (org.). **Pedagogia (improvável) da diferença**: e se o outro não existisse aí? DP&A Editora, 2003.

STAINBACK, S. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

ZILIOOTTO, G. S. **Educação especial e educação inclusiva**: fundamentos psicológicos e biológicos das necessidades especiais. Curitiba: IBPEX, 2007.

Santos, Antônio Raimundo dos. Metodologia científica. A construção do conhecimento .3. ed de janeiro: Dp8A. 2000.